

Linha Amarela S.A. – LAMSA

Relatório do Auditor Independente acompanhado das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	03
Relatório da administração	XX
Demonstrações contábeis	08
Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linha Amarela S.A. – LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. – LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Linha Amarela S.A. – LAMSA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, que informa que em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela. Em 05 de novembro de 2019, a Câmara Municipal emitiu parecer final, aprovando o PL 143/2019 prevendo: (i) que a indenização à Companhia será amortizada pelos prejuízos ao Executivo apurados pelo Tribunal de Contas do Município; e (ii) a possibilidade de a Prefeitura constituir caução para eventual indenização à Companhia. Neste mesmo dia, o PL 143/2019 foi convertido na Lei Complementar nº 213. Posteriormente, a LAMSA obteve decisão judicial favorável assegurando a execução do Contrato de Concessão da Linha Amarela, incluindo a administração, operação e cobrança da tarifa de pedágio até que se estabeleça processo administrativo assegurando o direito da Companhia à ampla defesa e a indenização prévia. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 –“Intangível”, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 71 % do total dos ativos. Esses valores estão diretamente ligados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Linha Amarela, na Cidade do Rio de Janeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, devido a relevância do saldo desses ativos, esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, e que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também, revisamos, as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também, como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Adicionalmente, realizamos acompanhamentos das operações e discussões com a administração, entre a data das demonstrações contábeis e a data de aprovação dessa demonstração contábil, com o objetivo de identificar eventos ocorridos posteriormente que pudessem indicar um indício de desvalorização desses ativos.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.759	27.104
Contas a receber	5	16.981	14.529
Estoques		779	852
Debêntures	8	12.848	12.848
Adiantamentos		1.706	1.988
Partes relacionadas	8	323	290
Instrumentos financeiros derivativos	20.h	810	1.534
Outros		937	583
Total do ativo circulante		<u>50.143</u>	<u>59.728</u>
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	-	74
Debêntures	8	82.438	95.286
Depósitos judiciais	7	4.237	3.651
Imobilizado	9	14.517	15.891
Intangível	10	370.196	372.821
Total do ativo não circulante		<u>471.388</u>	<u>487.723</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>521.531</u>	<u>547.451</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		10.859	6.295
Empréstimos e financiamentos	11	8.105	15.560
Debêntures	12	32.227	32.227
Tributos a recolher	6.b	26.961	23.789
Obrigações com empregados e administradores		4.483	3.672
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	8 e 14.c	104.072	51.110
Partes relacionadas	8	2.987	9.684
Outros		-	31
Total do passivo circulante		<u>189.694</u>	<u>142.368</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	-	7.604
Debêntures	12	206.789	239.016
Tributos a recolher	6.b	103	1.283
Impostos diferidos passivos	6.a	1.690	4.415
Provisão para riscos processuais	13	3.581	1.673
Total do passivo não circulante		<u>212.163</u>	<u>253.991</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.a	54.118	54.118
Reserva legal	14.b	10.824	10.824
Dividendos adicionais propostos	8 e 14.c	54.732	86.150
Total do patrimônio líquido		<u>119.674</u>	<u>151.092</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>521.531</u></u>	<u><u>547.451</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	15	283.844	270.286
Receita de construção	15	-	2.832
Custo dos serviços prestados	16	(69.826)	(59.503)
Custo de construção	16	-	(2.804)
LUCRO BRUTO		214.018	210.811
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(35.861)	(32.983)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	1.646	8.526
RESULTADO OPERACIONAL		179.803	186.354
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	19.280	22.100
Despesas financeiras	17	(34.364)	(40.320)
		(15.084)	(18.220)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		164.719	168.134
Imposto de renda e contribuição social		(53.258)	(53.267)
Correntes	6.c	(55.983)	(54.141)
Diferido	6.c	2.725	874
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		111.461	114.867
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	18	0,715	0,737

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>71.002</u>	<u>-</u>	<u>135.944</u>
Lucro líquido do exercício	14.c	-	-	-	114.867	114.867
Dividendos pagos	14.c	-	-	(71.002)	-	(71.002)
Dividendos propostos	14.c	-	-	-	(21.337)	(21.337)
Dividendos adicionais a distribuir	14.c	-	-	86.150	(86.150)	-
Juros sobre capital próprio	14.c	-	-	-	(7.380)	(7.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>86.150</u>	<u>-</u>	<u>151.092</u>
Lucro líquido do exercício	14.c	-	-	-	111.461	111.461
Dividendos pagos	14.c	-	-	(86.150)	-	(86.150)
Dividendos propostos	14.c	-	-	-	(51.355)	(51.355)
Dividendos a distribuir	14.c	-	-	54.732	(54.732)	-
Juros sobre capital próprio	14.c	-	-	-	(5.374)	(5.374)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>54.732</u>	<u>-</u>	<u>119.674</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		310.148	299.219
Prestação de serviços	15	310.722	295.884
Receita de construção		-	2.832
Perda efetiva do contas a receber		(830)	(1.952)
Outras receitas		256	2.455
Insumos adquiridos de terceiros		(50.441)	(40.056)
Custos das mercadorias e serviços		(3.336)	(1.698)
Custo de construção		-	(2.804)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(47.085)	(35.427)
Outros custos		(20)	(127)
Valor adicionado bruto		259.707	259.163
Retenções	9 e 10	(23.907)	(21.646)
Depreciação e amortização		(23.907)	(21.646)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		235.800	237.517
Valor adicionado recebido em transferência		19.280	22.100
Receitas financeiras	17	19.280	22.100
Total do valor adicionado a distribuir		255.080	259.617
Distribuição do valor adicionado		255.080	259.617
Pessoal e encargos		23.965	21.832
Remuneração direta		16.023	14.401
Benefícios		6.751	5.253
FGTS		1.011	809
Outros		180	1.369
Impostos, taxas e contribuições		84.461	82.551
Federais		68.861	67.708
Estaduais		64	44
Municipais		15.536	14.799
Remuneração capital de terceiros		35.193	40.367
Juros	11 e 12	24.567	27.684
Aluguéis		829	47
Outras		9.797	12.636
Remuneração de capital próprio		111.461	114.867
Dividendos adicionais propostos		54.732	86.150
Dividendos		51.355	21.337
Juros sobre capital próprio		5.374	7.380

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>111.461</u>	<u>114.867</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>111.461</u></u>	<u><u>114.867</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos e contribuição		164.719	168.134
Ajustes:			
Margem de construção		-	(28)
Depreciação e amortização	9 e 10	23.907	21.646
Baixa de imobilizado	9	18	129
Adição de imobilizado/intangível não liquidado		(4.508)	(447)
Provisão (reversão) para riscos processuais, líquidos		1.908	570
Ajuste de operação de instrumentos financeiros derivativos		724	(6.231)
Variações monetárias e encargos, líquidos		15.566	23.317
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(2.452)	105
Estoques		73	(282)
Depósitos judiciais		(586)	2.323
Adiantamentos		282	834
Parte relacionada		41	(264)
Outros		(354)	(466)
Fornecedores		4.564	(1.267)
Obrigações com empregados e administradores		809	(1.460)
Tributos a recolher		(935)	(1.045)
Tributos pagos		(53.861)	(47.802)
Partes relacionadas		(6.697)	7.803
Outras obrigações e contas a pagar		(31)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>143.186</u>	<u>165.569</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(1.338)	(1.425)
Aquisição de intangível		(14.081)	(9.717)
Recebimento de principal sobre debêntures	8	12.848	12.847
Recebimento de juros sobre debêntures	8	9.318	10.400
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		<u>6.747</u>	<u>12.105</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento do principal de debêntures e empréstimos e financiamentos	11 e 12	(47.706)	(69.458)
Pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos e financiamentos	11 e 12	(24.463)	(30.382)
Custo de captação		-	39
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(89.110)	(70.393)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(161.279)</u>	<u>(170.194)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(11.345)</u>	<u>7.480</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	27.104	19.624
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	<u>15.759</u>	<u>27.104</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(11.345)</u>	<u>7.480</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1) Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em março de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$139.551 (R\$82.640 em 31 de dezembro de 2018), devido, principalmente, a dividendos e juros sobre capital próprio, empréstimos e debêntures no montante, respectivamente, de R\$104.072 e R\$40.332 ambos no curto prazo.

A Administração, baseada nos fluxos de caixa projetados, considera que haverá recursos suficientes para cumprir com os compromissos de curto prazo.

1.2) Litígio com o Poder Concedente

O contrato de concessão da Linha Amarela estabelece que a tarifa de pedágio será reajustada anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E. Contudo, desde o ano de 2016 até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, o poder concedente (Município do Rio de Janeiro) não tem se manifestado formalmente quanto à homologação dos reajustes devidos conforme a regra contratual, mantendo a tarifa da concessionária congelada no nível tarifário do ano 2015. Nesse contexto, a LAMSA ingressou judicialmente contra o Município obtendo na 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em 13 de abril de 2017, uma decisão liminar (tutela antecipada) garantindo o cumprimento das disposições contratuais. Nesta data, a tarifa da concessionária foi corrigida pelo IPCA-E conforme preconiza o contrato, alcançando o valor de R\$ 7,00, que vem sendo cobrado normalmente dos usuários até 10 de janeiro de 2018, data qual o poder concedente se manifestou sobre o reajuste pertinente ao exercício de 2018 e o autorizou, passando a tarifa básica para o valor de R\$ 7,20.

O reajuste referente ao ano de 2016 está sendo objeto de pleito do reequilíbrio econômico – financeiro junto ao Poder Concedente.

No dia 20 de dezembro de 2018, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, por meio de Decreto Municipal nº 45.546/2018 suspendeu a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”). A decisão tomada de maneira unilateral pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro fere cláusulas do contrato de concessão o que suscitou em ações legais, pela Companhia, objetivando a reversão desta decisão. Ao dia 21 de dezembro de 2018 a Companhia obteve decisão judicial favorável que suspendeu os efeitos do Decreto Municipal supracitado. A decisão restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Fundão, conforme previsto no contrato de concessão. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de equilíbrio contratual.

Em 1º de fevereiro de 2019, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, emitiu novo Decreto Municipal de nº 45.645/2019 reeditando o Decreto 45.546/2018, emitido em dezembro de 2018, suspendendo, uma segunda vez, a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio LAMSA. Ainda em 1º de fevereiro, a Companhia renovou a medida judicial junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ para suspender o Decreto e nesta mesma data, tendo em vista se tratar de uma reedição de um decreto com efeitos suspensos bem como resultar em um ato irregular e não previsto no contrato, obteve nova decisão que suspendeu os efeitos desse novo decreto. A decisão restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Fundão, conforme previsto no contrato de concessão. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de equilíbrio contratual.

Ao dia 16 de fevereiro de 2019, a Companhia obteve, por decisão de justiça, a autorização para reajustar a tarifa de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão, de R\$ 7,20 para R\$ 7,50. A receita não auferida decorrente da ausência de manifestação do poder concedente sobre o reajuste previsto contratualmente, no período de 1º de janeiro de 2019 até a data da decisão judicial, será objeto de pedido de equilíbrio contratual.

Em 20 de maio de 2019, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, editou o novo Decreto Municipal de nº 45.949/2019, suspendendo, pela terceira vez, a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio LAMSA. Companhia renovou a medida judicial junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ para suspender o Decreto. No dia 22 de maio de 2019, obteve decisão que suspendeu os efeitos desse novo decreto restabelecendo o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador, conforme previsto no contrato de concessão, e estabelecendo multa diária não inferior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), bem como para determinar ao Município do Rio de Janeiro que se abstenha de praticar novos atos de suspensão da cobrança de pedágio na Linha Amarela, pelos fatos que já são objeto desta ação, durante o curso do processo. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de equilíbrio contratual.

Na noite do dia 27 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (“Prefeitura”, “Município” ou “Poder Concedente”) notificou a LAMSA acerca do rompimento unilateral do contrato de concessão firmado pela Prefeitura com a LAMSA e que tem por objeto a administração da via expressa Linha Amarela. Nesta mesma data, equipes da Prefeitura destruíram as estruturas físicas da única praça de pedágio da LAMSA, incluindo as cancelas e cabines de cobrança de pedágio. Na manhã do dia 28 de outubro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável determinando a suspensão imediata da decisão do Município de

cancelar o contrato de concessão, restabelecendo o direito da Concessionária de cobrar pedágio nos dois sentidos na Linha Amarela e advertindo que em caso de desobediência incidirá multa de 20% sobre o valor da causa ao Prefeito do Município do Rio de Janeiro. Ressaltando ainda, a incidência de multa de R\$ 100.000,00 por dia em que a LAMSA ficar impedida de atuar devido a destruição ocorrida em sua praça de pedágio.

Em razão da destruição da praça de pedágio da Linha Amarela pela Prefeitura do Rio de Janeiro, foi ajuizada a ação judicial nº 0267825-08.2019.8.19.0001, tendo sido obtida a tutela antecipada para suspender imediatamente os efeitos da decisão do Município do Rio de Janeiro de cancelar o contrato de concessão, restabelecendo a cobrança do pedágio.

Posteriormente, em 29/10/2019, o Prefeito Marcelo Crivella apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 143/2019, determinando a encampação da operação e da manutenção da Linha Amarela, que foi aprovado pela Câmara dos Vereadores e convertido na Lei Complementar nº 213/2019 publicada no dia 05/11/2019.

A Lei Complementar nº 213/2019, autorizou o Município do Rio de Janeiro, na qualidade de Poder Concedente, a encampar a operação e a manutenção da via expressa Linha Amarela e dispôs que (i) a prévia indenização devida à Companhia em decorrência da encampação, prevista no art. 37 da Lei Federal nº 8.987/95, será amortizada em razão dos prejuízos apurados pelo Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas do Município em investigação conduzida pela Câmara dos Vereadores, sem prejuízo da apuração de eventual saldo remanescente a ser devolvido aos cofres públicos; e (ii) como medida preventiva a eventuais impugnações, a Prefeitura do Rio de Janeiro poderá instituir caução para prevenir a necessidade de amortização em favor da Companhia.

Em 11/11/19, a Prefeitura publicou no Diário Oficial a regulamentação da Lei Complementar nº 213/2019. O decreto fixou em dois meses o prazo para a Secretaria de Transportes da Prefeitura do Rio de Janeiro elaborar um estudo para determinar se, após a encampação, será realizada a concessão da via expressa Linha Amarela ou se o Município irá assumir a administração da via, bem como determinou a necessidade de estimativa de valor a ser oferecido como garantia caso a Prefeitura tenha que ressarcir a Companhia.

Paralelamente, a LAMSA ingressou com outra medida de urgência (processo nº 0272141-64.2019.8.19.0001), pleiteando que o Município do Rio se abstinhasse de encampar o serviço concedido por meio do Contrato de Concessão nº 513/1994, sem prévio processo administrativo específico e sem prévio pagamento da indenização prevista em lei. A tutela foi concedida e foi determinada a aplicação de multa diária de R\$ 100.000,00 a ser suportada pelo Município do Rio, na pessoa do Prefeito Marcelo Crivella, em caso de descumprimento.

Descumprindo as determinações anteriores, no dia 05/11/2019, o Município do Rio voltou a interromper a cobrança de pedágio e retirou as cancelas da Linha Amarela. Houve novo despacho nos autos da ação 0272141-64.2019.8.19.0001, sendo determinado que o Município do Rio não desse prosseguimento na encampação do serviço da LAMSA mantendo a aplicação da multa diária no valor de R\$ 100.000,00 em caso de descumprimento e assegurando à LAMSA a cobrança da tarifa de pedágio.

Em 11/11/2019, o Município do Rio formulou o pedido de suspensão de liminar em face das duas decisões proferidas nos processos 0267825-08.2019.8.19.0001 e 0272141-64.2019.8.19.0001 mencionadas acima. Tais pedidos, no entanto, foram indeferidos no dia 13/11/2019 pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mantendo, portanto, as decisões favoráveis obtidas pela LAMSA.

Após a derrota acima mencionada, em 19/11/2019, o Município do Rio ajuizou ação civil pública, pleiteando que o valor do pedágio seja de R\$ 2,06 em cada sentido, bem como a devolução de valores cobrados a maior, dano moral coletivo, entre outros pedidos.

A LAMSA, por sua vez, ajuizou 4 demandas judiciais, pleiteando a indenização pela destruição da praça de pedágio (0331309-94.2019.8.19.0001 - 13/12/2019) e reequilíbrios do contrato de concessão (0337389-74.2019.8.19.0001, 0337455-54.2019.8.19.0001 e 0337477-15.2019.8.19.0001 em 18/12/2019).

Previamente às demandas envolvendo a encampação da operação e da manutenção da Linha Amarela, a LAMSA já tinha ajuizado: (1) três demandas pleiteando a possibilidade de aplicação do reajuste tarifário nos anos de 2016, 2017 e 2019 (0390782-16.2016.8.19.0001, 0062385-83.2017.8.19.0001 e 0022849-94.2019.8.19.0001); e (2) três demandas pleiteando a cobrança do pedágio, em razão dos Decretos n°s 45.546/2018, 45.645/2019 e 45.969/2019, que determinaram a abertura da cancela da LAMSA no sentido fundão (0323589-13.2018.8.19.0001, 0089949-66.2019.8.19.0001 e 0168496-23.2019.8.19.0001).

Cumprir registrar que em 08/11/2019, a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”) ajuizou uma Representação de inconstitucionalidade em face do Prefeito do Município do Rio de Janeiro e do Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, tendo sido determinada, em sede de liminar, no dia 14/11/2019, a suspensão provisória da eficácia da Lei Complementar n° 213/2019.

Embora a LAMSA tenha obtido todas as liminares solicitadas para continuar com suas operações, inclusive após a publicação da Lei Complementar n° 213/2019, não há como assegurar que os desfechos de tais processos judiciais serão favoráveis à LAMSA.

1.3) Classificação de rating

Em 08 de novembro de 2019, a Moody's rebaixou os ratings atribuídos às debêntures da Linha Amarela S.A. para Ba3.br, de Baa1.br, na escala nacional brasileira. Conforme tal relatório, não houve aumento de risco operacional ou perda de tráfego e a queda do rating foi em decorrência de atos políticos tomados pelo Poder Concedente. Dessa forma, pode haver a decretação de vencimento antecipado por parte dos debenturistas.

Conforme nota explicativa 12, caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco da Companhia não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional. No cenário, em que haja o vencimento das debêntures da Companhia, e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô Rio (parte relacionada da LAMSA e controlada da Invepar) poderá ser chamada, sendo que esta fiança está limitada a R\$ 95.286.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 23 de março de 2020.

Ressaltamos que o encerramento das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi autorizado pela administração da Companhia em 27 de março de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), utilizando as normas para empresas não listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Entretanto, em função da intenção de registro da Companhia na CVM, foi necessária a reemissão das demonstrações contábeis, de acordo com os requerimentos do órgão. Dessa forma, em 23 de setembro de 2019, a administração da Companhia autorizou a reemissão dessas demonstrações contábeis, em conformidade com os requerimentos da CVM. Esse procedimento foi efetuado em função do pedido de abertura de capital da Companhia em 01 de novembro de 2019 junto a CVM.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.1. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A contabilização do contrato de concessão é conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.3. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da via expressa pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia não constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e da Instrução CVM 371, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.14. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de

reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se:

- a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal;
- b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e
- c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde

o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a Companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer esta avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, a Companhia considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre estes instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.19 Instrumentos financeiros derivativos e contabilização de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

Antes de 1º de janeiro de 2018 a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, a posição ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e a forma como a entidade avalia a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que o hedge seja altamente eficaz para compensar alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto e que seja avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente eficaz durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o hedge foi designado.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo

A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser

iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.21. Normas e interpretações novas emitidas e não adotadas antecipadamente

Não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A lista a seguir traz novas normas e/ou revisões emitidas e não adotadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00 R2): Válidas a partir de 1º. de janeiro de 2020.
- Definição de negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3): Ainda não aprovado pelo CPC e CVM.
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). Ainda não aprovado pelo CPC e CVM.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: Ainda não aprovado pelo CPC e CVM.

Essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (“IPCA-E”).

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), na ordem de R\$ 62.8 milhões, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, na ordem de R\$ 251 milhões, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição/Engenhão conectando a Rua da Abolição com a Linha Amarela;
- Construção de uma nova baía de ônibus em Gardênia, na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, no trecho da Gardênia Azul;
- Alargamento da Av. Bento Ribeiro Dantas e do Viaduto de Osvaldo Cruz, a serem executadas no trecho entre o Viaduto de Manguinhos e o Viaduto Osvaldo Cruz;
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- Alargamento da Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos; e
- Urbanização e melhorias de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre os anos 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.797	4.314
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	2.710	6.010
Fundo Mover (b)	10.252	16.780
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>15.759</u>	<u>27.104</u>

- (a) Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor e prontamente resgatáveis. A rentabilidade média destas aplicações 97,25% do CDI (97,30% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METRORIO e a LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 98,66% do CDI (99,05% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
AVI (a)	16.475	14.414
Vale pedágio	71	-
Outros recebíveis	435	115
Total	<u>16.981</u>	<u>14.529</u>

- (a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 22 dias.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é o seguinte:

	<u>Total</u>	<u>Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>< 30 dias</u>
31 de dezembro de 2019	16.981	3.981	13.000
31 de dezembro de 2018	14.529	4.052	10.497

A Companhia reconheceu como perda definitiva em 31 de dezembro de 2019 R\$ 830 (R\$ 1.952 em 31 de dezembro de 2018).

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Provisão na participação dos lucros e resultados (PLR)	395	384
Provisão para processuais	1.217	569
Provisões não dedutíveis	1.119	1.192
Total do ativo fiscal diferido	<u>2.731</u>	<u>2.145</u>
Variação cambial e instrumentos financeiros derivativos	(19)	(1.912)
Amortização de direito de concessão	(2.039)	(2.152)
Margem de construção – RTT	(2.156)	(2.275)
Margem de construção (Lei 12.973)	(207)	(221)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(4.421)</u>	<u>(6.560)</u>
Total	<u>(1.690)</u>	<u>(4.415)</u>

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2019
2020	1.557
2021	48
2022	50
2023	52
2024	55
2025 a 2027	182
2028 em diante	787
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>2.731</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(4.421)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>(1.690)</u>

b) Tributos a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social	22.071	19.143
Tributos em parcelamento (*)	1.239	1.184
PIS e COFINS	1.079	964
ISS	1.464	1.262
IRRF e CSRF	891	1.169
INSS sobre terceiros	217	67
Total circulante	<u>26.961</u>	<u>23.789</u>
Tributos em parcelamento (*)	<u>103</u>	<u>1.283</u>
Total não circulante	<u>103</u>	<u>1.283</u>

(*) Os tributos em parcelamento referem-se ao débito de Imposto de Renda e Contribuição Social dos anos calendários 2013 e 2014, junto a Receita Federal do Brasil no período de 60 meses, foram devidamente registrados no resultado de 2015 e possuem o seguinte fluxo de vencimento:

	<u>31/12/2019</u>
2020	1.239
2021	103
Total	<u>1.342</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	164.719	168.134
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(56.004)	(57.166)
Adições permanentes	(390)	(422)
Juros sobre o capital próprio – JSCP	1.827	2.509
Incentivos fiscais	849	908
Outros	<u>460</u>	<u>904</u>
Total de impostos no resultado	<u>(53.258)</u>	<u>(53.267)</u>
Impostos correntes	(55.983)	(54.141)
Impostos diferido	2.725	874
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	<u>(53.258)</u>	<u>(53.267)</u>

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributários (a)	3.274	3.477
Trabalhistas	733	131
Cíveis	187	-
Bloqueios judiciais	<u>43</u>	<u>43</u>
Total	<u>4.237</u>	<u>3.651</u>

(a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está

vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo Invepar, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

31/12/2019							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo/PL	Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante/PL	Despesa	Receita
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	264	-	2.924	(16.091)	-
INVEPAR	Dividendos/JS CP	Controladora	-	-	158.804	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	Coligada	26	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	33	-	63	-	-
METRORIO	Debêntures (b)	Coligada	12.848	82.438	-	-	9.318
Total			13.171	82.438	161.791	(16.091)	9.318

31/12/2018							
Parte Relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo/PL	Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante/PL	Despesa	Receita
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	264	-	9.680	(16.712)	264
INVEPAR	Dividendos/JS CP	Controladora	-	-	137.260	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	41	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	Coligada	26	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	33	4	-	-
METRORIO	Debêntures (b)	Coligada	12.848	95.286	-	-	(10.400)
Total			13.138	95.360	146.944	(16.712)	(10.136)

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170, não conversíveis em ações, do METRÔRIO, empresa controlada pela Invepar. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a.

<u>Descrição</u>	31/12/2018	Principal Recebido	Juros Recebidos	Juros Incorridos	Transferências	31/12/2019
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(12.848)	(9.318)	9.318	12.848	12.848
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	95.286	-	-	-	(12.848)	82.438
Total debêntures	108.134	(12.848)	(9.318)	9.318	-	95.286

<u>Descrição</u>	31/12/2017	Principal Recebido	Juros Recebidos	Juros Incorridos	Transferências	31/12/2018
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(12.847)	(10.400)	10.400	12.847	12.848
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	108.133	-	-	-	(12.847)	95.286
Total debêntures	120.981	(12.847)	(10.400)	10.400	-	108.134

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.283 para exercício de 2019.

A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$ 1.968 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.193 em 31 de dezembro de 2018).

<u>Composição</u>	31/12/2019	30/09/2018
Pró-labore	800	757
Bônus variáveis	628	934
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	71	-
Encargos	285	338
Outros benefícios	184	164
Total	1.968	2.193

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %					31/12/2019
		31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Instalações	10	3.836	-	(399)	-	3.437
Máquinas e equipamentos	10	18.665	642	(622)	140	18.825
Móveis e utensílios	10	1.984	115	(156)	1	1.944
Veículos	20	5.865	-	(1.575)	392	4.682
Benfeitorias	4	3.955	-	-	46	4.001
Equipamentos de informática	20	6.204	333	(465)	17	6.089
Imobilizado em andamento (*)		895	700	-	(400)	1.195
		<u>41.404</u>	<u>1.790</u>	<u>(3.217)</u>	<u>196</u>	<u>40.173</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(3.330)	(155)	399	-	(3.086)
Máquinas e equipamentos		(10.362)	(1.542)	622	-	(11.282)
Móveis e utensílios		(853)	(171)	156	-	(868)
Veículos		(4.773)	(673)	1.557	-	(3.889)
Benfeitorias		(1.513)	(161)	-	-	(1.674)
Equipamentos de informática		(4.682)	(640)	465	-	(4.857)
		<u>(25.513)</u>	<u>(3.342)</u>	<u>3.199</u>	<u>-</u>	<u>(25.656)</u>
Imobilizado líquido		<u>15.891</u>	<u>(1.552)</u>	<u>(18)</u>	<u>196</u>	<u>14.517</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2019, houve transferência do intangível para o imobilizado, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %					31/12/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Instalações	10	3.834	-	(2)	4	3.836
Máquinas e equipamentos	10	18.448	349	(132)	-	18.665
Móveis e utensílios	10	2.004	32	(52)	-	1.984
Veículos	20	5.737	129	(1)	-	5.865
Benfeitorias	4	3.759	-	-	196	3.955
Equipamentos de informática	20	6.056	217	(102)	33	6.204
Imobilizado em andamento (*)		1.044	720	-	(869)	895
		<u>40.882</u>	<u>1.447</u>	<u>(289)</u>	<u>(636)</u>	<u>41.404</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(3.169)	(161)	-	-	(3.330)
Máquinas e equipamentos		(8.844)	(1.639)	121	-	(10.362)
Móveis e utensílios		(728)	(174)	49	-	(853)
Veículos		(4.126)	(648)	1	-	(4.773)
Benfeitorias		(1.363)	(152)	2	-	(1.513)
Equipamentos de informática		(4.100)	(683)	101	-	(4.682)
		<u>(22.330)</u>	<u>(3.457)</u>	<u>274</u>	<u>-</u>	<u>(25.513)</u>
Imobilizado líquido		<u>18.552</u>	<u>(2.010)</u>	<u>(15)</u>	<u>(636)</u>	<u>15.891</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2018, houve transferência do imobilizado para intangível, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Custo						
Software	5 anos	7.454	1	(3)	252	7.704
Direito de concessão	(a)	551.603	-	-	28.502	580.105
Intangível em construção	(*)	34.249	18.136	-	(28.950)	23.435
		593.306	18.137	(3)	(196)	611.244
Amortização acumulada						
Software		(6.626)	(422)	3	-	(7.045)
Direito de concessão		(213.859)	(20.143)	-	-	(234.003)
		(220.485)	(20.565)	3	-	(241.048)
Intangível líquido		372.821	(2.428)	-	(196)	370.196

(*) Em 31 de dezembro de 2019, houve transferência do intangível para o imobilizado, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

	Prazo de vida útil	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Custo						
Software	5 anos	7.419	35	-	-	7.454
Direito de concessão	(a)	552.163	2	(562)	-	551.603
Intangível em construção	(*)	23.480	10.133	-	636	34.249
		583.062	10.170	(562)	636	593.306
Amortização acumulada						
Software		(6.229)	(397)	-	-	(6.626)
Direito de concessão		(196.515)	(17.792)	448	-	(213.859)
		(202.744)	(18.189)	448	-	(220.485)
Intangível líquido		380.318	(8.019)	(114)	636	372.821

(*) Em 31 de dezembro de 2018, houve transferência do imobilizado para intangível, visando o aperfeiçoamento da classificação contábil.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo de empréstimos estava composto da seguinte forma:

Instituição	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2019	
					Circulante	Total
Santander	USD	5,16%	16/03/2020	5,16%	8.105	8.105
Total					8.105	8.105

Instituição	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/12/2018		
					Circulante	Não circulante	Total
Santander	USD	5,16%	16/03/2020	5,16%	15.560	7.604	23.164
Total					15.560	7.604	23.164

	31/12/2018	Pagamento		Provisão juros	Variação cambial	Transferências	31/12/2019
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Santander (b)	15.560	(15.479)	(1.009)	763	623	7.647	8.105
Passivo não circulante							
Santander (b)	7.604	-	-	-	43	(7.647)	-
Total geral	23.164	(15.479)	(1.009)	763	666	-	8.105

	31/12/2017	Pagamento		Provisão juros	Variação cambial	Transferências	Custo de captação incorrido	31/12/2018
		Principal	Juros					
Passivo circulante								
Itaú (a)	19.203	(19.999)	(492)	233	1.055	-	-	-
Santander (b)	13.485	(14.547)	(1.689)	1.464	2.614	14.233	-	15.560
Custos a amortizar	(39)	-	-	-	-	-	39	-
Total	32.649	(34.546)	(2.181)	1.697	3.669	14.233	39	15.560
Passivo não circulante								
Santander (b)	19.474	-	-	-	2.364	(14.233)	0	7.604
Total	19.474	-	-	-	2.364	(14.233)	-	7.604
Total geral	52.122	(34.546)	(2.181)	1.697	6.033	-	39	23.164

(a) Em 07 de agosto de 2015, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 14,320 sendo o dólar de início R\$3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC.

O prazo de vencimento do empréstimo foi de três anos, contados da data de emissão, tendo vencido, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento foi na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

(b) Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início R\$3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

Cláusulas restritivas

<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
Santander	DL/EBITDA	$\leq 3,0$	Anual*
	DL/EBITDA	$\leq 2,0$	Anual**

(*) Covenant apurado até dezembro de 2017.

(**) O Covenants a partir dezembro de 2017.

Durante o prazo de vigência do empréstimo será considerado um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 3,0 (três inteiros); e (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras auditadas anualmente.

Vide hipótese de vencimento cruzado na Nota explicativa 12.

12. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As debêntures fazem jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a METRÔRIO e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao METRÔRIO são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na Nota explicativa 8.

Essas debêntures possuem como garantia a fiança da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – METRORIO (parte relacionada da Companhia e controlada da Invepar) no montante de R\$ 95.286.

	31/12/2018	Pagamento		Provisão juros	Transferências	31/12/2019
		Principal	Juros			
Passivo circulante						
Debêntures CEF	32.227	(32.227)	(23.454)	23.454	32.227	32.227
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	239.016	-	-	-	(32.227)	206.789
Total geral	271.243	(32.227)	(23.454)	23.454	-	239.016

	31/12/2017	Pagamento		Provisão juros	Transferências	31/12/2018
		Principal	Juros			
Passivo circulante						
Debêntures CEF	37.126	(34.912)	(28.201)	25.987	32.227	32.227
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	271.243	-	-	-	(32.227)	239.016
Total geral	308.368	(34.912)	(28.201)	25.987	-	271.243

⁽¹⁾ Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	≥ 1,3 ≤ 2 ≥ 1,5	Anual Trimestral ^(II) Trimestral ^(II)

^(II) A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Rebaixamento de rating

Em 08 de novembro de 2019, a Moody's rebaixou os ratings atribuídos às debêntures da LAMSA de Baa1.br para Ba3.br, na escala nacional brasileira. Conforme tal relatório, não houve aumento de risco operacional ou perda de tráfego e a queda do rating foi em decorrência de atos tomados pelo Poder Concedente.

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “Baa1.br”, portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas – AGD.

A Administração da Companhia iniciou as tratativas pertinentes junto ao único debenturista e o respectivo agente fiduciário no sentido de convocar uma AGD e deliberar sobre o pedido. Neste caso, por se tratar de um único credor, a Administração da INVEPAR e da Companhia estão envidando esforços para a convocação da AGD para lograr êxito na mesma, obtendo o referido “Waiver”.

Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo da Companhia não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional. No cenário, em que haja o vencimento das debêntures da Companhia, e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança do METRORIO poderá ser chamada, sendo que esta fiança está limitada a R\$ 95.286 .

Hipóteses de Vencimento Cruzado aplicáveis a empréstimos e debêntures

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, METRORIO, CLN, VIA040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, METRORIO, METROBARRA, CLN, VIA040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, METRORIO, GRU AIRPORT, CLN e VIA040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, CLN, METRORIO, METROBARRA, CLN, GRU AIRPORT e VIA040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas INVEPAR, CART, LAMSA e METROBARRA (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

<u>Empresa:</u>	<u>Rating limite:</u>
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
METROBARRA	BBB-
CART	A-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de cláusulas de “*cross default*” com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo INVEPAR.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Composição dos riscos

Natureza do risco	31/12/2019		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.898	6.116	9.015
Cíveis	683	11.311	11.995
Tributário	-	2.309	2.309
Total	3.581	19.736	23.319

Natureza do risco	31/12/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	986	3.233	4.220
Cíveis	687	11.507	12.195
Tributário	-	2.445	2.445
Total	1.673	17.186	18.859

a) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2018	Adições	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2019
Trabalhistas	986	2.269	(468)	111	2.898
Cíveis	687	1.285	(1.312)	23	683
Total	1.673	3.554	(1.780)	134	3.581

Natureza do risco	31/12/2017	Adições	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2018
Trabalhistas	629	1.161	(804)	-	986
Cíveis	474	357	(144)	-	687
Total	1.103	1.518	(948)	-	1.673

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Riscos tributários

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento indevidos do IRRF ano calendário de 2000, por se tratar de um pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações (atualmente no bloco de Controle da Invepar), conforme detalhado na nota explicativa 7.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída a provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável, dado classificação de risco como remota.

A Companhia é parte em processo administrativo com manifestação de inconformidade ao despacho decisório nº 825049050, que não homologou a PER/DCOMP nº 30450.01505.310105.1.3.04-2054, referente à compensação de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004, classificado em totalidade com prognóstico de perda possível em seu montante total de R\$ 14 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2018.)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$10.824, já atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	111.461	114.867
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	27.866	28.717
Dividendos propostos	51.355	21.337
Juros sobre capital próprio	5.374	7.380
Dividendos adicionais a distribuir	54.732	86.150

Em 15 de outubro de 2019, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos, aprovou a antecipação de distribuição de dividendos pela Companhia no valor de R\$51.355, com base no resultado do segundo trimestre de 2019.

Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia provisionou o montante de R\$5.374 referente a juros sobre capital próprio (“JSCP”), com base no resultado acumulado até 31 de outubro de 2019, onde foi retido R\$806 de IRRF.

Dividendos e JSCP aprovados para pagamento em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), cuja as realizações ocorreram até 31 de dezembro de 2019:

Dividendos 2017	
15 de fevereiro de 2019	10.000
10 de abril de 2019	11.000
23 de julho de 2019	<u>2.500</u>
	23.500
Dividendos 2018	
23 de julho de 2019	21.337
19 de dezembro de 2019	<u>38.000</u>
	59.337
JSCP 2018	
23 de julho de 2019	6.273

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de pedágio	310.722	295.884
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(26.878)</u>	<u>(25.598)</u>
Receita de serviços	283.844	270.286
Receita de construção	-	2.832
Receita total	<u>283.844</u>	<u>273.118</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(40.770)	(37.720)
Conservação e manutenção	(11.074)	(10.654)
Despesas administrativas	(10.568)	(9.308)
Operacionais	(14.317)	(10.637)
Custo de construção	-	(2.804)
Depreciação e amortização	(23.907)	(21.646)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(5.051)	(2.521)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.646	8.526
	<u>(104.041)</u>	<u>(86.764)</u>
Custo de serviços prestados	(69.826)	(61.334)
Custo de construção	-	(2.804)
Despesas gerais e administrativas	(35.861)	(31.152)
Outras receitas (despesas) operacionais (*)	1.646	8.526
	<u>(104.041)</u>	<u>(86.764)</u>

(*) Os valores referem-se substancialmente a recebimento de sinistros. Em 31 de dezembro de 2019: O montante de R\$ 938 de sinistro ocorrido a danos ao usuário; E o montante de R\$ 471 complementar de sinistro ocorrido na Saída 4. Em 31 de dezembro de 2018: O montante de R\$ 3.300 de sinistro ocorrido na praça de pedágio; O montante de R\$ 1.500 de sinistro ocorrido no viaduto Sampaio Correia; E o montante de R\$ 1.877 de sinistro ocorrido na Saída 4.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Desconto obtidos	21	-
Juros sobre aplicações financeiras	1.037	1.081
Varição monetária ativa	297	100
Varição cambial ativa	5.400	2.889
Operações de hedge	3.207	7.630
Juros sobre debêntures	9.318	10.400
Total receitas financeiras	<u>19.280</u>	<u>22.100</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(377)	(190)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.112)	(2.363)
Operações de hedge – não realizada	(2.985)	(2.583)
Varição monetária passiva	(226)	(172)
Variações cambiais passivas	(6.066)	(8.921)
Juros sobre debêntures	(23.455)	(25.987)
Outros	(143)	(104)
Total despesas financeiras	<u>(34.364)</u>	<u>(40.320)</u>
Total resultado financeiro	<u>(15.084)</u>	<u>(18.220)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utiliz-os no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	36.781	74.678	111.461	37.905	76.960	114.867
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,715	0,715		0,737	0,737	

19. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia	R\$ 28.069	18/12/2019	18/12/2020	BMG	(a)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(c)
D&O	R\$ 100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros	-
AUTO FROTA	100 % FIPE	24/08/2019	24/08/2020	Porto Seguro	-

(*) As apólices de seguros de Responsabilidade civil e de Riscos Operacionais, cujo vencimentos se deram em 01 de agosto de 2019, foram renovadas até 01 de agosto de 2020, mantendo as mesmas cláusulas e limite máximo.

- (a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado em 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarelo entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.
- (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos.

- (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurados, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e 2018 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	15.759	-	27.104	-
Contas a receber	-	16.981	-	14.529
Debêntures	-	95.286	-	108.134
Partes relacionadas	-	323	-	364
Instrumentos financeiros derivativos	810	-	1.534	-
Total do ativo	<u>16.569</u>	<u>112.589</u>	<u>28.638</u>	<u>123.027</u>
Passivos				
Fornecedores	-	10.859	-	6.295
Partes relacionadas	-	2.987	-	9.684
Empréstimos e financiamentos	-	8.105	-	23.164
Debêntures	-	239.016	-	271.243
Total do passivo	<u>-</u>	<u>260.968</u>	<u>-</u>	<u>310.386</u>

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	4,27%	3,20%	2,14%
DI Passivo (% ao ano)	4,27%	5,34%	6,41%
TR Ativo (% ao ano)	0,10%	0,08%	0,05%
TR Passivo (% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Ativo Financeiro

Operação	Risco/ indexador		RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	15.759	673	505	337
Debêntures	TR	95.286	95	76	48
Instrumentos financeiros derivativos	DI	810	35	26	17
Total		111.855	803	607	402

Passivo Financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	DI	8.105	346	432	519
Debêntures	TR	239.016	239	311	359
Total		247.121	585	731	878

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

g) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira.

h) Derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui operações com característica de *hedge*.

Movimentação:

31/12/2019					
Instrumento	Instituição	Saldo inicial	Variação positiva com derivativo	Variação negativa com derivativo	Saldo final
SWAP (Dólar x DI)	Santander	1.534	2.262	(2.985)	810
31/12/2018					
Instrumento	Instituição	Saldo inicial	Variação positiva com derivativo	Variação negativa com derivativo	Saldo final
SWAP (Dólar x DI)	Santander	(4.697)	9.037	(2.806)	1.534

Em aberto:

31/12/2019								
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber	Valor justo diferencial a receber
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	7.143	8.113	7.302	159	810
							Ativo circulante	810
31/12/2018								
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber	Valor justo diferencial a receber
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	35.714	23.787	22.253	1.342	1.534
							Ativo circulante	1.534

Liquidados:

31/12/2019

Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/03/2019	7.143	3,8265	273
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	16/09/2019	7.143	4,0616	672
					Total	945

31/12/2018

Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap (Dólar x DI)	Itaú	07/08/2015	07/02/2018	10.000	3,206	(1.273)
Swap (Dólar x DI)	Itaú	07/08/2015	07/08/2018	10.000	3,7136	377
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/03/2018	7.143	3,64	(1.310)
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/09/2018	7.143	4,1637	955
					Total	(1.251)

21. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa.

	31/12/2019	31/12/2018
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	4.508	447
	<u>4.508</u>	<u>447</u>

22. EVENTO SUBSEQUENTE

COVID-19 (“Coronavírus”)

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 orientado as Companhias e seus Auditores Independentes a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, a Companhia destaca que, a despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Por isso, não é possível, nesse momento, precisar os reais impactos do avanço do COVID-19 para os negócios e/ou para as estimativas contábeis. Além dos efeitos adversos, as consequências de algumas medidas que precisam ser tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade, gerando queda no fluxo de passageiros e reduzindo assim o tráfego, especialmente de veículos leves.

No âmbito corporativo, a Companhia implementou medidas necessárias para minimizar qualquer

impacto na qualidade do atendimento a seus clientes, mitigar riscos para colaboradores e familiares e garantir a manutenção e continuidade das operações, dentre as quais:

- i. Comunicação corporativa recorrente por e-mail e aplicativos de mensagens, visando informar e conscientizar todos os colaboradores sobre os riscos relacionados à disseminação do vírus, sobre as formas de prevenção e, ainda, endereços para obtenção de informações oficiais e para verificação das informações falsas (Fake News);
- ii. Adoção do regime de home office para todos os colaboradores onde essa modalidade for possível;
- iii. Realização de viagens nacionais e internacionais apenas quando for imprescindível, adotando e priorizando a realização de reuniões por videoconferência;
- iv. Reforço na higienização de todos os locais de trabalho, incluindo dentre outros: i) estações e composições do MetrôRio; ii) terminais do aeroporto de Guarulhos; e iii) praças de pedágio e postos de atendimento das rodovias;

A Administração da Companhia seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.



2019

Relatório da Administração



RELAÇÕES COM INVESTIDORES
DRI@lamsa.invepar.com.br

Índice

A COMPANHIA	2
APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO.....	4
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS	5
PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA	5
ÉTICA E <i>COMPLIANCE</i>	6
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	6
MEIO AMBIENTE	7
RESULTADOS	9
CONTEXTO ECONÔMICO.....	9
RESULTADOS OPERACIONAIS	11
RESULTADOS FINANCEIROS	13
FLUXO DE CAIXA	17
ENDIVIDAMENTO	17
INVESTIMENTOS.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
PERSPECTIVAS E PLANOS	18
AUDITORES INDEPENDENTES	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
ANEXOS	20

A Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA



A Linha Amarela S.A. – LAMSA, controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente em operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A Linha Amarela, operada desde novembro de 1997 pela LAMSA, é uma das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. Com 17,4 km de extensão, 20 km de acessos/saídas e uma praça de pedágio, a via liga a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e à Ilha do Governador, interligando as Zonas Norte, Oeste e o Centro da cidade, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A qualidade do serviço prestado aos seus usuários e o rigoroso respeito ao contrato de concessão norteiam a atuação da concessionária no atendimento à população do Rio de Janeiro.



Sobre a Invepar

Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 19 anos. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos anos.

Aspectos Regulatórios

No último ano a LAMSA vivenciou uma série de atos de abuso do Poder Concedente, na figura do Prefeito do município do Rio de Janeiro. De forma unilateral e sem respaldo no contrato de concessão, a Prefeitura feriu a segurança jurídica nas relações institucionais por meio de atos como decretos determinando a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio, passando pela notificação do rompimento unilateral do contrato de concessão da Linha Amarela e pela destruição da praça de pedágio. O Prefeito chegou, inclusive, a enviar a câmara municipal Projeto de Lei Complementar com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela sem o prévio pagamento de indenização a que a LAMSA teria direito e está previsto em lei.

Não há argumentos de fato e de direito que justifiquem os atos da Prefeitura para com a LAMSA. Todos os atos praticados contra a Companhia configuraram abuso extremo de autoridade do Poder Concedente e violação dos princípios jurídicos. No entanto, para todas as situações de abuso de poder do Sr. Prefeito, a LAMSA obteve decisões judiciais favoráveis que estabeleceram novamente os direitos previstos no contrato de concessão e na legislação em vigor.

A LAMSA cumpre rigorosamente seu contrato de concessão e reforça seu compromisso com a ética, a transparência e a integridade em todas as suas relações, seja com o Poder Concedente, usuários ou fornecedores. Esperamos neste ano encontrar a melhor solução para sanar os litígios com o Poder Concedente. O Grupo Invepar demonstrou sua resiliência. Com o apoio da Matriz, do MetrôRio e das rodovias CART e Via 040, reconstruímos a praça de pedágio em menos de uma semana e seguiremos confiando no poder judiciário e na nossa capacidade de enfrentar e vencer o mais diversos desafios.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A cidade e estado do Rio de Janeiro passam por crise, afetando diretamente o desempenho econômico e financeiro. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, a região metropolitana do Rio de Janeiro manteve em 2019 saldo negativo entre admissões e demissões.

Neste contexto, a Companhia, com o suporte da controladora Invepar, manteve a qualidade do serviço prestado. Além disso, o Grupo Invepar implementou diversas ações e programas voltados para a melhoria do clima organizacional e para a gestão de pessoas. A Invepar também

formou um núcleo avançado para gestão de rodovias, com a implantação do Escritório de Projetos e do sistema SGR.

O ano de 2019 foi também um marco de superação, quando mais de 100 colaboradores do Grupo Invepar trabalharam juntos na recuperação da praça de pedágio da LAMSA, danificada pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Sobre os litígios envolvendo a Companhia e a Prefeitura, obtivemos decisões judiciais favoráveis e seguimos na busca pela solução.



Para este ano, a Companhia permanece focada na prestação de serviço com qualidade e eficiência, sempre respeitando o contrato de concessão. Seguiremos nossa trajetória enquanto uma empresa socialmente responsável, dando

continuidade aos inúmeros projetos e parcerias em benefício da população do Rio de Janeiro. No aspecto regulatório, esperamos encontrar o melhor desfecho para as questões com a Prefeitura do Rio de Janeiro, Poder Concedente.

DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO

Inovação

Em 2019, as rodovias do Grupo Invepar conquistaram a 4ª posição entre as empresas mais inovadoras do setor de infraestrutura. Esta colocação consta na 5ª edição do Anuário de Inovação Brasil, preparado pela consultoria estratégica Strategy& e pelo jornal Valor Econômico. Foram apontados como diferenciais inovadores o investimento em novos produtos e projetos, como a utilização de rejeitos da siderurgia e da mineração no recapeamento das pistas e o uso de escória de alto-forno na capa asfáltica.

Gestão Centralizada de Rodovias

A Gestão Centralizada de rodovias na controladora Invepar também foi um dos destaques, com a criação, em abril de 2019, do Escritório do Projetos, núcleo altamente especializado e responsável pela gestão dos investimentos e do portfólio do Grupo Invepar. A Invepar foi pioneira na introdução do SGR, Sistema de Gestão de Rodovias. Na Companhia, a implantação do SGR foi concluída em outubro do último ano.

Qualidade em Foco - ISO 9001

A ISO 9001 é um sistema de gestão com o intuito de garantir a otimização de processos, maior agilidade no desenvolvimento de produtos e produção mais ágil, a fim de satisfazer os clientes e alcançar o sucesso sustentado. Em dezembro de 2019, a LAMSA recebeu a certificação por meio da auditoria externa, reforçando o compromisso com a qualidade na prestação do serviço.

Reconstrução e Resiliência

Com o apoio de cerca de 100 colaboradores da CART, MetrôRio, Matriz e Via040, a praça de pedágio da Companhia foi recuperada em menos de uma semana, após atos de vandalismo por agentes da Prefeitura do Rio de Janeiro.



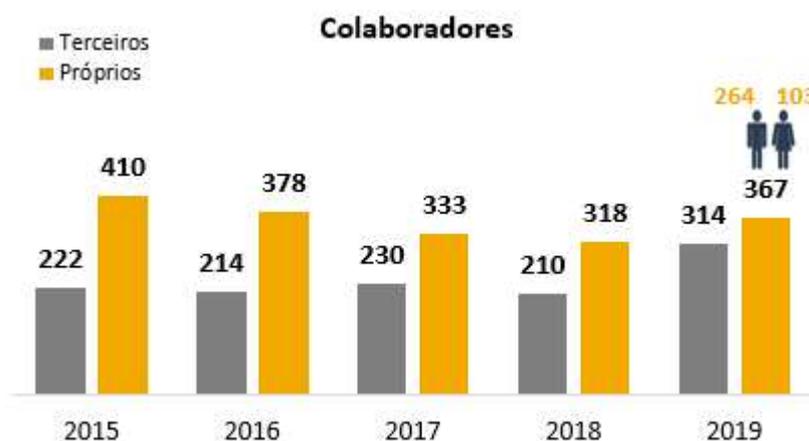
Sustentabilidade dos Negócios

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

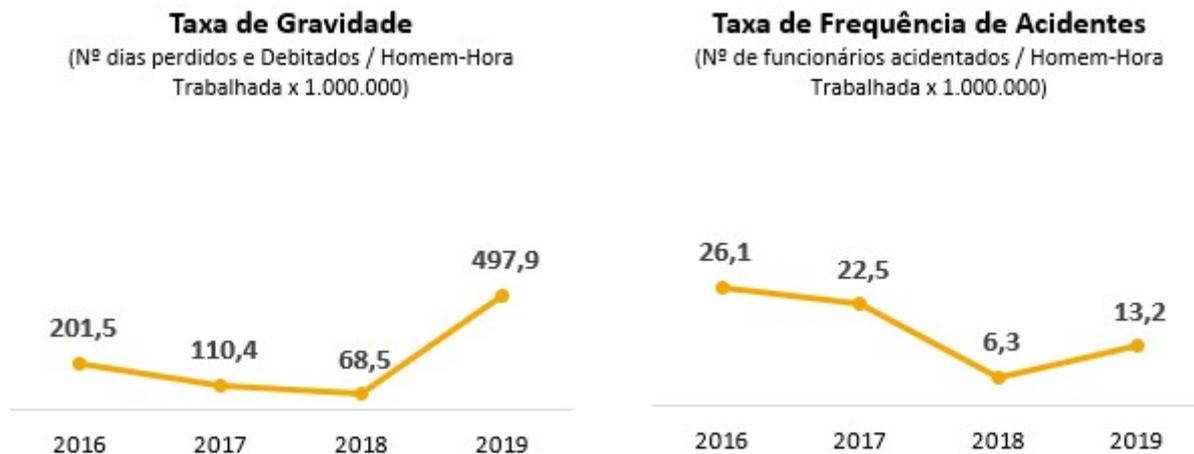
Uma das frentes para a melhoria do clima organizacional no Grupo Invepar são as ações voltadas para a saúde e bem-estar dos colaboradores. Em 2019, o Grupo passou a contar com o *Gympass*, aplicativo que viabiliza o acesso a diversas academias e locais para a prática de atividades físicas e foi implementado para que os funcionários e seus familiares (cônjuges e filhos) tenham mais

saúde e qualidade de vida. As ações Corporativas voltadas para saúde, prevenção, conscientização e bem-estar dos colaboradores, como o Novembro Azul, foram desenvolvidas pela Matriz e disseminadas por todo o Grupo e tiveram uma novidade, que foi um podcast sobre a saúde do homem, preparado em parceria com o Instituto Oncoguia e disponível na plataforma *Spotify*. Para 2020, estão previstas a implantação de iniciativas diversas voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. Questões relacionadas à saúde mental e à conscientização sobre doenças como a depressão, transtornos de ansiedade e a síndrome do *Burnout* também entraram para pauta de Campanhas Corporativas de 2020.

O Grupo Invepar encerrou o mês de dezembro de 2019 com ZERO ACIDENTE em todas as empresas, o que representa uma importante conquista e que é resultado do envolvimento e comprometimento de todos os quase 7 mil colaboradores do Grupo, incluindo os da LAMSA. Ações voltadas para a redução e prevenção de acidentes são promovidas pela Invepar para todas as empresas do Grupo, bem como treinamentos e instruções práticas e teóricas. Dentre essas ações, destaque para o Programa Atitude Segura Sempre, com foco na conscientização e prevenção de acidentes, alinhado às melhores práticas do mercado. Destaque também para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em todas as empresas do Grupo. Os eventos contaram com uma série de atividades a fim de fomentar a conscientização a respeito de temas ligados à saúde e segurança no trabalho e no cotidiano, com foco na prevenção de acidentes e na qualidade de vida.



A segurança segue sendo um dos pilares principais na atuação da LAMSA, que continua extremamente focada na redução e prevenção de acidentes, promovendo treinamentos constantes e instruções práticas e teóricas. O aumento em 2019 dos indicadores de Taxa de Gravidade e Taxa de Frequência ocorreu em função de um acidente envolvendo dois colaboradores, impactando diretamente os indicadores.



ÉTICA E COMPLIANCE

Nos últimos anos, a controladora Invepar estruturou um Programa de *Compliance*, tendo este por Auditoria Externa que atestou sua eficiência. Em 2019, este Programa de Integridade evoluiu de forma significativa, conforme diagnóstico realizado por consultoria internacional. Esse reconhecimento é fruto de um robusto trabalho desempenhado para implementar e disponibilizar processos e normativos, consolidar um canal de denúncias terceirizado, um Comitê de Ética atuante, ministrar treinamentos regulares e realizar *due diligences* de integridade de parceiros de negócios.

Em 2019, a Diretoria de *Compliance* e Riscos da Invepar realizou treinamentos para colaboradores e para prestadores de serviços em diferentes unidades de negócios do Grupo. Na LAMSA, o treinamento foi realizado em outubro. Este tipo de ação, prevista no Programa de Integridade, tem como objetivo compartilhar os principais normativos e processos e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, o cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como a utilização adequada do Canal de Denúncia.

Como consequência deste trabalho, pelo segundo ano consecutivo, o Grupo Invepar foi reconhecido como uma das empresas mais éticas do país pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. Para 2020, a controladora tem como meta a consolidação do nível de integração. Além da evolução em aspectos como tecnologia, treinamento e identificação de riscos, o Grupo visa também a normalização do processo.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo são desenvolvidos pelo Instituto Invepar com



parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. O Instituto Invepar desenvolve, ainda, projetos de caráter social nas áreas de esporte, meio ambiente, cultura e educação. A seguir serão listadas algumas iniciativas de caráter social do Grupo Invepar.

Em 2019, foram desenvolvidos e/ou apoiados 21 projetos e ações, com mais de 69.620 mil beneficiados diretos e R\$ 1.714.108,03 investidos de forma direta e incentivada. A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pelo Grupo Invepar e LAMSA com o apoio de parceiros:

Negócio Sustentável

A LAMSA, em parceria com o Instituto Musa, oferece aulas gratuitas de técnicas de precificação, gestão e comunicação para o gerenciamento para os representantes de associações de moradores, coordenadores de projetos socioculturais comunitários, ONGs, movimentos sociais ou de grupos organizados situados em bairros do entorno da Linha Amarela.

Colônia de Férias

A ONG Favela Mundo promoveu durante o mês de janeiro, a 8ª edição de sua tradicional colônia de férias. As atividades gratuitas ocorreram em Acari e na Cidade de Deus e reuniu mais de 200 crianças e adolescentes das zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro em ações recreativas e esportistas. A ONG conta com o patrocínio da LAMSA e do MetrôRio e o apoio do Instituto Invepar.

Move Caminhos

Projeto em comum da LAMSA e do MetrôRio, que tem como objetivo contribuir com o potencial de empregabilidade dos participantes, através do desenvolvimento de habilidades comportamentais e competências profissionais, promovendo cursos e instruções para jovens de diversas comunidades no Rio de Janeiro.

A Arte Gerando Renda

Projeto em comum da LAMSA e do MetrôRio que visa ajudar na geração de renda e fomentar o empreendedorismo dos participantes e o desenvolvimento sustentável das regiões em situação de vulnerabilidade social. Em 2019, 195 jovens e adultos se formaram nos cursos de maquiagem social e artística, decoração de unhas, tranças e turbantes, artesanato, fantasias e adereços.

De Olho na Pista

São ações educativas sobre a segurança no trânsito, voltadas especialmente para os motociclistas, apoiadas pela LAMSA e pelo Instituto Invepar.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a LAMSA monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Matriz, diversos KPIs são desdobrados da Invepar para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são



monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção da Invepar através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre as iniciativas voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas pelo Grupo Invepar, destaque para a instalação de lâmpadas de LED nas rodovias. Esta ação Proporciona até 60% de economia de energia elétrica se comparado com as lâmpadas tradicionais além da redução da emissão de gás carbônico (CO₂) e gases causadores do efeito estufa. Para os motoristas e motociclistas, traz mais conforto para a condução, aumentando a segurança na via. Na LAMSA, o projeto foi iniciado em 2018 e em 2019 foi concluída a instalação de lâmpadas de LED ao longo de toda a pista. Em 2020 iniciamos a instalação nos túneis, unificando a tecnologia de todos os 3.311 pontos de luz da rodovia, garantindo ainda mais segurança para os usuários.

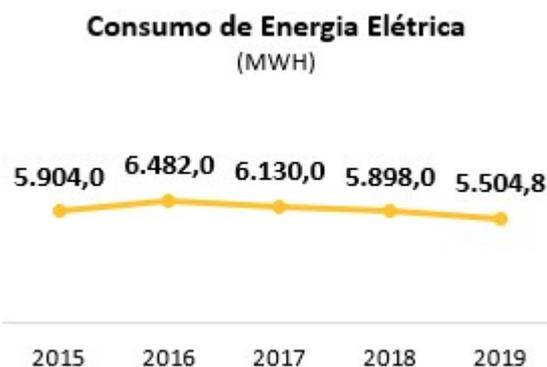
Consumo de Água

A LAMSA monitora e controla o consumo de água através de sistema de gestão. Eventuais desvios são tratados através de planos de ação. A queda de 17,6% no consumo em 2019 é resultado de práticas e ações de conscientização para redução de consumo, com a instalação de redutores nas torneiras dos banheiros e manutenção preventiva no castelo d'água reduzindo as chances de infiltrações.



Consumo de Energia

A redução no consumo de energia elétrica é explicada pelo projeto de substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.



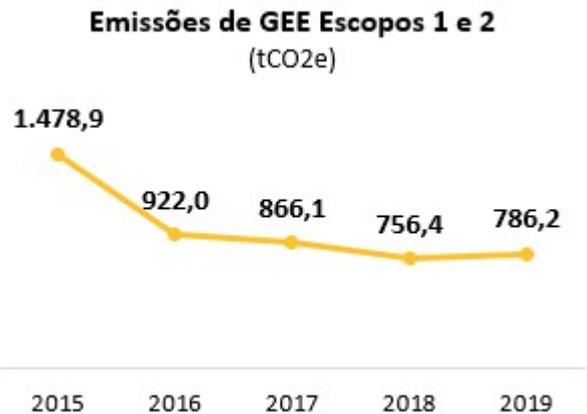
Consumo de Combustível

O aumento no consumo de combustível em 2019 foi devido à primarização de atividades e aumento da frota da Companhia



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2) ¹

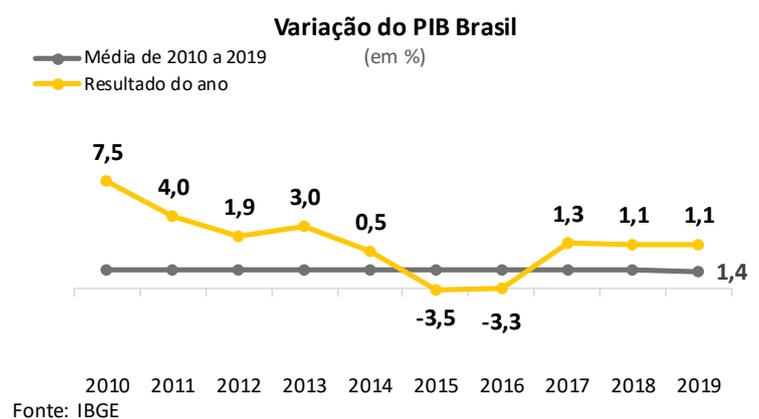
A Linha Amarela realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa considerando as emissões diretas e emissões indiretas provenientes da aquisição de energia elétrica e outras emissões indiretas, não relatadas no Escopo 2. A empresa utiliza a ferramenta Climas para gestão desses indicadores. O aumento de emissões refere-se ao maior consumo de combustíveis, parcialmente compensado pela redução verificada energia elétrica.



Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

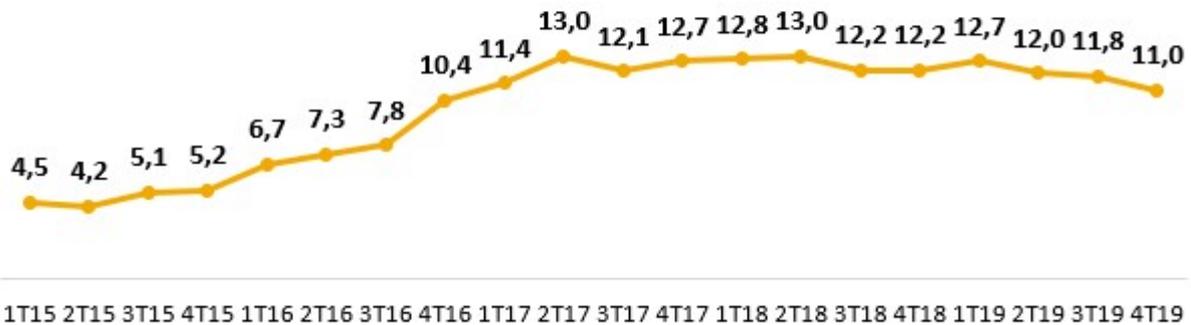
Nos últimos 6 anos o país passou por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 1,4%. Este ritmo mais lento de crescimento, especialmente na segunda metade da década, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias.



Tal conjuntura descrita acima acabou prejudicando fortemente o desempenho econômico do Estado, e principalmente, da região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de uma pequena melhora ao longo de 2019, a taxa de desemprego do Rio de Janeiro segue em patamares historicamente elevados, o que contribui negativamente com o desempenho da Concessionária.



Taxa de Desocupação, 14 anos ou mais
Capital do Rio de Janeiro
 (%)



1T15 2T15 3T15 4T15 1T16 2T16 3T16 4T16 1T17 2T17 3T17 4T17 1T18 2T18 3T18 4T18 1T19 2T19 3T19 4T19
 Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Iniciamos 2020 com expectativas melhores e com a esperança de que o país sairia de uma recessão histórica. No Relatório de Mercado Focus divulgado dia 3 de fevereiro deste ano, a expectativa de crescimento da economia em 2020 era de 2,30%. O cenário de juros historicamente mais baixo e a sinalização de que as reformas políticas estavam acontecendo – a Reforma da Previdência foi promulgada em novembro de 2019 – reforçavam a expectativa de retomada do crescimento.

Contudo, faz-se necessário comentar sobre os efeitos da rápida disseminação do Coronavírus (COVID-19) no país, com impacto direto nos negócios, bem como os riscos e dúvidas aos quais as companhias estão expostas. Ainda não se sabe qual será o tamanho do impacto do COVID-19 na economia e quanto tempo será necessário para conter o avanço do vírus. As projeções de bancos e instituições financeiras estão passando por uma série de revisões e ajustes a partir das atualizações sobre a propagação e contenção da pandemia. Neste contexto, não estão excluídas as possibilidades de estagnação ou de retração da atividade econômica. Esta deterioração do cenário econômico está relacionada, dentre outros fatores, à possibilidade de paralisação de alguns setores e atividades, à queda no consumo causada pelas restrições de mobilidade, à desaceleração da economia local e global e à piora das condições financeiras e de liquidez.

As companhias, o mercado e a população em geral esperam que os governos implementem rapidamente as medidas emergenciais e as reformas necessárias para mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no desenvolvimento econômico e social do país.

Neste momento, não é possível passar uma expressão exata das eventuais consequências do avanço do Coronavírus para a continuidade dos negócios e/ou para as estimativas contábeis. No entanto, não se pode descartar que algumas medidas que já vem sendo implementadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade e à paralisação de alguns setores, poderão afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Não é possível precisar por quanto tempo essas medidas irão perdurar, mas a administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados ao COVID-19, de forma a deixar o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Na tabela a seguir estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.



Inflação e Juros	2019	2018	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,31%	3,75%	0,6 pp
CDI Final do Período	4,40%	6,42%	-2,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	5,94%	6,40%	-0,5 pp
TJLP Final do Período	5,57%	6,98%	-1,4 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,20%	6,72%	-0,5 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

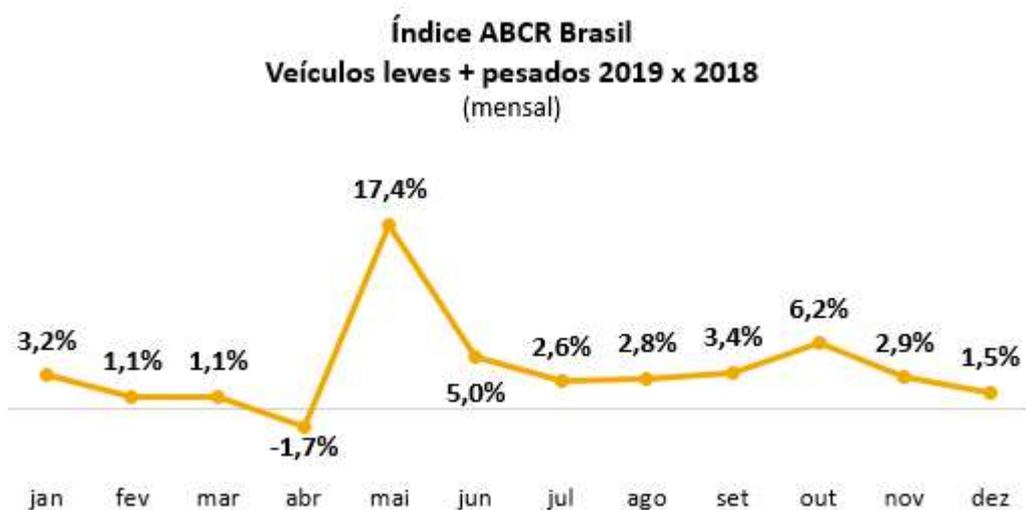
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-pi>

RESULTADOS OPERACIONAIS

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/19 sobre Jan-Dez/18): Brasil	3,5%	4,1%	3,6%
Acumulado 4º Trimestre (Out-Dez/19 sobre Out-Dez/18): Brasil	3,7%	3,4%	3,7%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>



Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma recuperação no tráfego em 2019 após a greve dos caminhoneiros em 2018, com destaque

para aumento de 17,4% no tráfego em maio de 2019 (a greve dos caminhoneiros ocorreu em maio/2018). No acumulado do ano, o crescimento foi de 3,6%. Ainda de acordo com a ABCR, em 2019, o desempenho do fluxo de veículos apresentou crescimento entre todos os tipos de veículos e regiões, ainda que de forma diferenciada. Esse crescimento foi influenciado pelo quadro de retomada da economia ao longo de 2019 e, considerando uma perspectiva de maior crescimento da economia brasileira para 2020, é esperada uma nova expansão no fluxo de veículos. No entanto, esses indicadores devem ser cuidadosamente analisados pois, quando comparados a 2018, estão sob efeito da greve dos caminhoneiros ocorrida entre os dias 21 e 31 de maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias. Devido ao perfil de tráfego da LAMSA ser majoritariamente de veículos leves, o impacto foi menor do que o registrado nas demais rodovias.

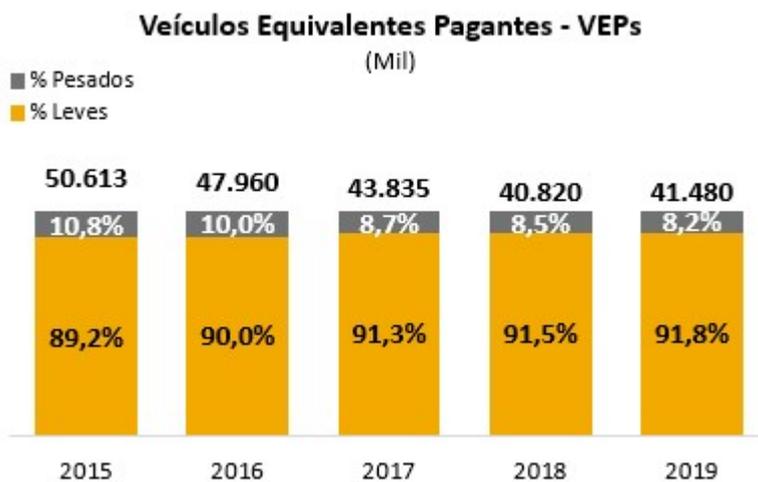


Desempenho Operacional (Mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
VEPs¹	10.423	10.391	0,3%	41.480	40.820	1,6%
Veículos Leves	9.574	9.518	0,6%	38.074	37.353	1,9%
Veículos Pesados	850	872	-2,6%	3.406	3.467	-1,8%
Tráfego²	11.138	10.915	2,0%	44.234	43.032	2,8%
Veículos Leves	9.609	9.520	0,9%	38.188	37.967	0,6%
Veículos Pesados	484	501	-3,4%	1.961	2.007	-2,3%
Veículos Isentos	1.045	893	16,9%	4.086	3.059	33,5%
Tarifa Média (R\$)	7,54	7,25	4,0%	7,49	7,25	3,5%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A LAMSA registrou 41,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2019, crescimento de 1,6% em relação ao ano anterior. No 4T19, a praça de pedágio da LAMSA registrou 10,4 milhões de VEPs, representando um leve aumento de 0,3% comparado ao mesmo período de 2018. A interdição em vigor na Av. Niemeyer desde o final de maio de 2019 pode estar contribuindo para a variação positiva em veículos leves na comparação com 2018. No acumulado do ano, também consideramos os efeitos da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018 e impactou diretamente o fluxo de veículos na via. Ao colocarmos os números na mesma base de comparação, o resultado é de crescimento de 1,3% em 2019 em relação a 2018.



A proporção de VEPs leves, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, que se caracteriza por ser usada no trajeto dos trabalhadores casa-trabalho-casa, movimento conhecido como pendular, apresentou leve aumento, passando de 91,5% em 2018 para 91,8% em 2019.

A Linha Amarela é uma via expressa urbana que liga a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, à Ilha do Fundão, onde fica localizado o

Aeroporto Internacional Tom Jobim. Assim, o nível de geração de empregos na região Metropolitana do Rio de Janeiro impacta diretamente nos resultados operacionais e, conforme gráfico abaixo, a região Metropolitana do Rio de Janeiro segue apresentando saldo negativo na geração de empregos em 2019.



Geração de Emprego Região Metropolitana do Rio de Janeiro

(Saldo acumulado de admissões menos demissões em Mil)



RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

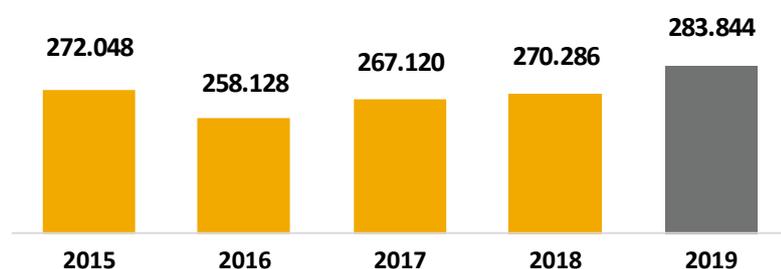
Em 16 de fevereiro de 2019, a tarifa de pedágio da LAMSA foi reajustada de acordo com o contrato de concessão, passando de R\$ 7,20 para R\$ 7,50, um aumento de 4,2%.

Receita Operacional (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Receita Bruta	78.579	75.323	4,3%	310.722	298.716	4,0%
Receitas com Pedágio	78.579	75.323	4,3%	310.722	295.884	5,0%
Receita de Construção (IFRS)	-	-	n.m	-	2.832	n.m
Receita Bruta Ajustada¹	78.579	75.323	4,3%	310.722	295.884	5,0%
Deduções da Receita Bruta	(6.798)	(6.515)	4,4%	(26.878)	(25.598)	5,0%
Receita Líquida Ajustada¹	71.781	68.809	4,3%	283.844	270.286	5,0%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Receita Líquida Ajustada

(R\$ mil)



A Receita Líquida Ajustada da Companhia cresceu 5,0% em 2019, atingindo R\$ 283,8 milhões. Esse aumento em relação a 2018 pode ser explicado, principalmente, pela atualização tarifária contratual, em vigor desde fevereiro de 2019, além do maior número de VEPs registrados. No 4T19, a receita

líquida ajustada aumentou 4,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.



Custos e Despesa

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Pessoal	(20.046)	(19.676)	1,9%	(40.770)	(37.720)	8,1%
Conservação & Manutenção	(2.740)	(4.430)	-38,1%	(11.074)	(10.654)	3,9%
Operacionais	(3.560)	(2.814)	n.m	(14.317)	(10.637)	34,6%
Despesas Administrativas	6.092	5.729	6,3%	(13.973)	(3.303)	323,0%
Custos & Despesas Administráveis	(20.255)	(21.192)	-4,4%	(80.134)	(62.314)	28,6%
Depreciação & Amortização	(6.028)	(5.395)	11,7%	(23.907)	(21.646)	10,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(26.283)	(26.587)	-1,1%	(104.041)	(83.960)	23,9%
Custo de Construção (IFRS)	-	0	n.m	-	(2.804)	n.m
Custos & Despesas Operacionais	(26.283)	(26.586)	-1,1%	(104.041)	(86.764)	19,9%

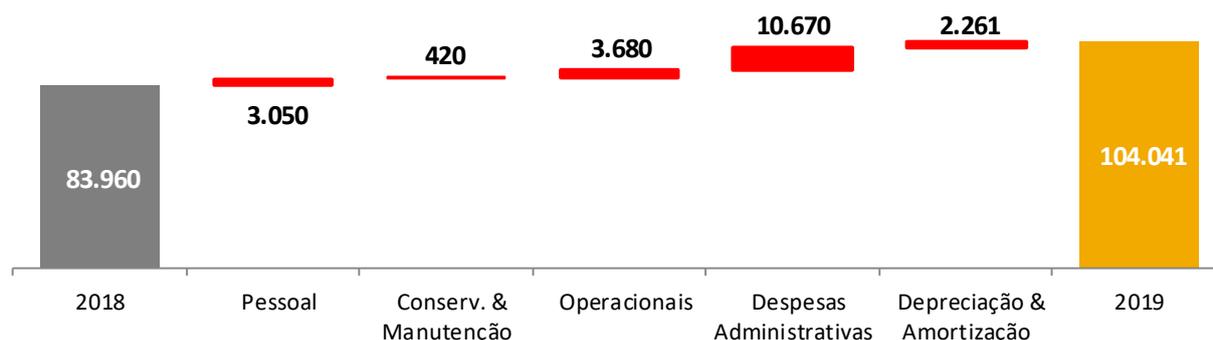
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção

Custos e despesas administráveis aumentaram 28,6% em 2019. Esse aumento ocorreu devido a maiores gastos com Pessoal, aumento nos Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

Os custos com Pessoal aumentaram 8,1% em função de incremento nos custos com pessoal de manutenção devido a maiores intervenções na rodovia. Os gastos com Conservação & Manutenção manteve-se em linha com o ano anterior. O crescimento dos Custos Operacionais está relacionado, principalmente, ao aumento de manutenção asfáltica ao longo da rodovia, além de maiores gastos com aluguel de frota de veículos. O aumento em Despesas Administrativas em 2019 é explicado por maiores custos com publicidade e assessoria jurídica, além de aumento de provisões judiciais.

Os custos e despesas operacionais ajustados, ou seja, sem impacto do IFRS, aumentaram 23,9% no ano quando comparado com o ano anterior. Em Depreciação & Amortização houve aumento em função da ativação no balanço da Companhia de projetos que estavam em andamento além de amortização extraordinária.

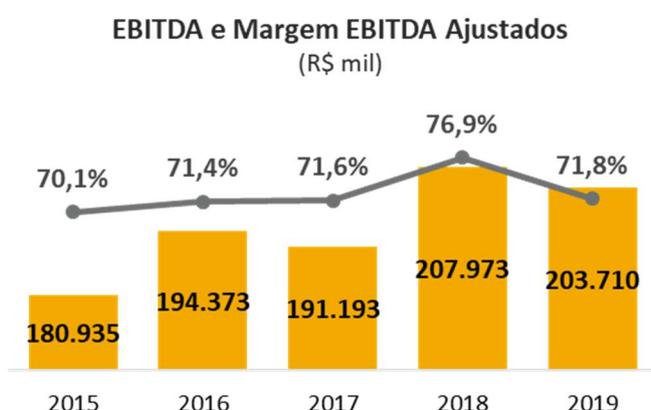
Varição dos Custos e Despesas Ajustados (R\$ Mil)



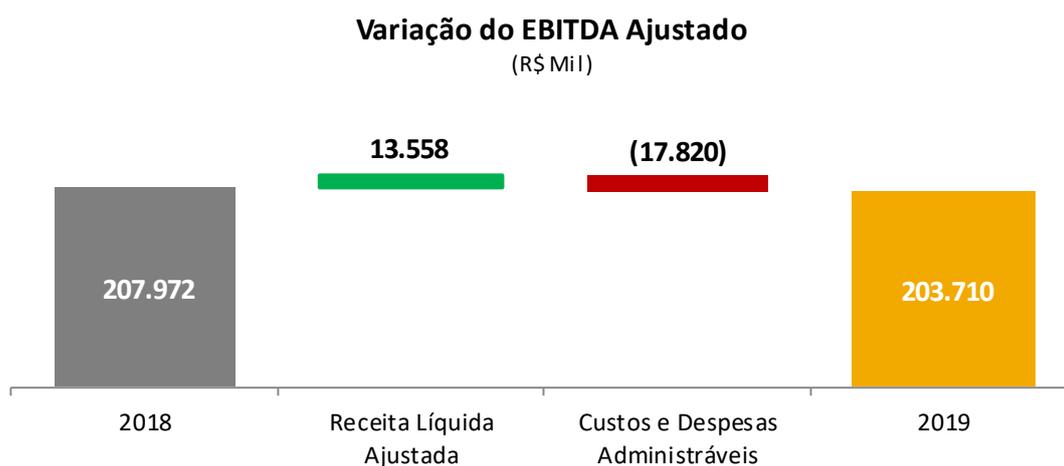
EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	30.048	28.519	5,4%	111.461	114.867	-3,0%
Resultado Financeiro Líquido	3.727	3.780	-1,4%	15.084	18.220	-17,2%
IRPJ & CSLL	11.725	9.924	18,2%	53.258	53.267	0,0%
Depreciação e Amortização	6.027	5.395	11,7%	23.907	21.646	10,4%
EBITDA ICVM 527	51.528	47.618	8,2%	203.710	208.000	-2,1%
Margem EBITDA	71,8%	69,2%	2,6 p.p	71,8%	77,0%	-4,4 p.p
Receita de Construção (IFRS)	-	-	n.m	-	(2.832)	n.m
Custo de Construção (IFRS)	-	-	n.m	-	2.804	n.m
EBITDA Ajustado¹	51.528	47.618	8,2%	203.710	207.972	-2,0%
Margem EBITDA Ajustada¹	71,8%	69,2%	2,6 p.p	71,8%	76,9%	-4,3 p.p

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção



A Companhia registrou uma queda de 2,0% no EBITDA Ajustado em 2019 na comparação com 2018, com Margem EBITDA Ajustada de 71,8%, representando um decréscimo de 4,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Este resultado é explicado, principalmente, pelo aumento nos Custos e Despesas Operacionais já mencionado. A aumento na Receita Líquida Ajustada compensou parcialmente esse efeito.



Resultado Financeiro Líquido



Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Resultado Financeiro	(3.621)	(3.781)	-4,2%	(15.084)	(18.220)	-17,2%
Receitas Financeiras	3.240	3.017	7,4%	19.280	22.100	-12,8%
Descontos obtidos	0	(0)	n.m	21	-	n.m
Juros sobre aplicações financeiras	342	311	9,6%	1.037	1.081	-4,0%
Variação monetária ativa	12	100	-88,9%	297	100	200,0%
Variação cambial ativa	266	1.068	-75,1%	5.400	2.889	86,9%
Operações de instrumentos financeiros derivativos	400	(934)	n.m	3.207	7.630	-58,0%
Juros sobre Debêntures	2.220	2.472	-10,2%	9.318	10.400	-10,4%
Despesas Financeiras	(6.860)	(6.798)	0,9%	(34.364)	(40.320)	-14,8%
Comissões e despesas bancárias	(189)	(35)	n.m	(377)	(190)	98,4%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(297)	n.m	(1.112)	(2.363)	-52,9%
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(696)	0	n.m	(2.985)	(2.583)	15,6%
Variações monetárias passivas	(151)	(50)	208,2%	(226)	(172)	32,2%
Variações cambiais passivas	(126)	(311)	-59,8%	(6.066)	(8.921)	-32,0%
Juros sobre Debêntures	(5.659)	(6.101)	-7,2%	(23.455)	(25.987)	-9,7%
Outros	(39)	(4)	850,0%	(143)	(104)	36,5%

O Resultado Financeiro da Companhia de 2019 melhorou 17,2% na comparação com o ano anterior. Isso ocorreu, em função da menor despesa com juros devido a queda dos indexadores das dívidas e menor endividamento, resultando em redução das despesas financeiras.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	30.048	28.521	5,4%	111.461	114.867	-3,0%

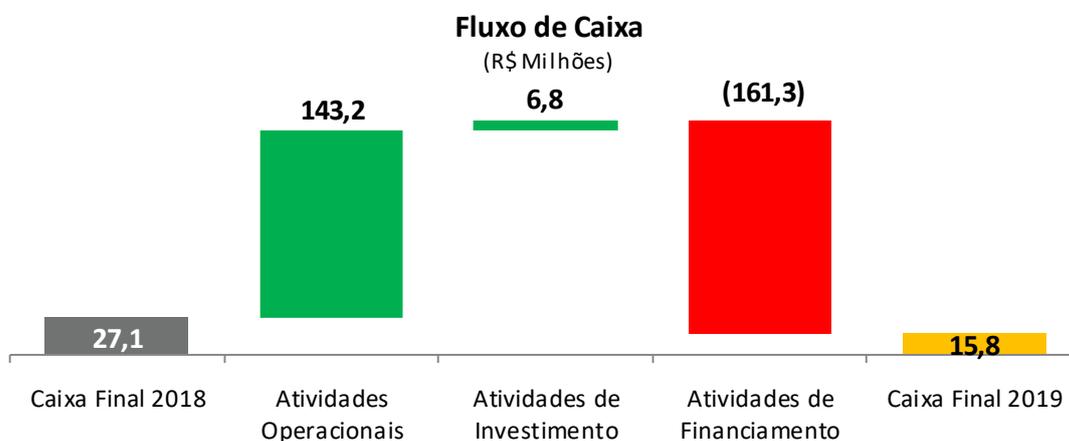


A LAMSA registrou uma redução de 3,0% do Lucro do exercício encerrado em 2019 em relação a 2018. Este resultado é explicado, principalmente, pelo aumento nos custos e despesas operacionais conforme relatado acima, que foi parcialmente compensado pelo aumento da receita líquida ajustada e melhora no resultado financeiro.



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia ficou menor em 2019, totalizando R\$ 15,8 milhões, devido à menor geração de caixa das Atividades de Financiamento em comparação com o ano anterior.

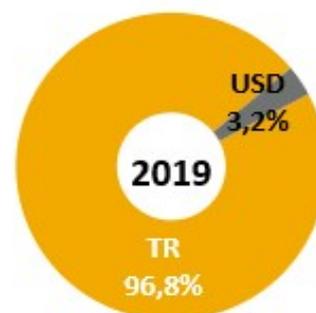


ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2019	2018	▲
Dívida Bruta	(247.121)	(294.408)	-16,1%
Curto Prazo	(40.332)	(47.787)	-15,6%
Empréstimos e Financiamentos	(8.105)	(15.560)	-47,9%
Debêntures	(32.227)	(32.227)	0,0%
Longo Prazo	(206.789)	(246.620)	-16,2%
Empréstimos e Financiamentos	-	(7.604)	n.m
Debêntures	(206.789)	(239.016)	-13,5%
Disponibilidades	15.759	27.104	-41,9%
Caixa e equivalentes de caixa	15.759	27.104	-41,9%
Dívida Líquida	(231.363)	(267.303)	-13,4%

A Dívida Bruta da Companhia finalizou o ano de 2019 totalizando R\$ 247,1 milhões, o que representou uma redução de 16,1% frente ao verificado em 2018, explicada, principalmente, pela amortização do principal de empréstimos além de quitação de dívida com instituição financeira. Em 8 de novembro de 2019, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da Companhia de 'B1' para 'B3' na escala global e de 'Baa1.br' para 'Ba3.br' na escala nacional, possibilitando o acionamento de cláusula de vencimento antecipado desta debênture. A LAMSA e a sua controladora Invepar estão em negociações com o único credor desta emissão para realização de uma AGD e obtenção de *waiver*. Até a publicação deste Relatório da Administração, não havia indícios de que a LAMSA e a Invepar não teriam sucesso nestas negociações.

Composição da Dívida Bruta e Indexador



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2019	2018	▲
Investimento Total	15.419	11.142	38,4%
Imobilizado	1.790	1.447	23,7%
Intangível	18.137	10.170	78,3%
Intangível em construção	18.136	10.133	79,0%
Software e Outros	1	37	-97,3%
(-) Transação Não Caixa	(4.508)	(447)	n.m
(-) Margem de Construção	-	(28)	n.m

Em 2019 a Companhia investiu R\$ 15,4 milhões em projetos ao longo da rodovia, um aumento de 38,4% em relação ao ano anterior. Dentre os investimentos da empresa, estão a modernização da Ponte Oswaldo Cruz, recapeamento asfáltico, vistorias regulares de pavimento e sistemas de drenagem, automação e sensores de emissão de gás carbônico nos três túneis, iluminação a LED ao longo da rodovia (com mais clareza e visibilidade no ambiente, diminuindo a possibilidade de colisões), pórticos limitadores de altura para evitar acidentes sob os viadutos e passarelas, conservação de encostas e sinalização na pista

Considerações Finais

PERSPECTIVAS E PLANOS

Nos últimos anos, o Grupo Invepar passou por uma intensa reestruturação e reformulação de processos. Através de um modelo de gestão centralizado, a controladora otimizou a utilização e trouxe sinergia para as áreas administrativa, financeira, suprimentos, operações e outras. Em 2019, especialmente, a Invepar deu um importante passo na gestão de rodovias, com a implementação da chamada Engenharia Proprietária, com projetos desenvolvidos pela Matriz que traz as soluções e decisões de investimento e de fluxo de caixa, eliminando a dependência de construtoras. A Invepar também foi a primeira do país a adotar o Sistema de Gestão de Rodovias - SGR, que padroniza e reduz os riscos operacionais e melhora o controle e gestão da rodovia.

Para 2020, em relação às questões envolvendo a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, a LAMSA, com o apoio da Invepar, buscará a melhor solução para a Companhia, para os usuários da via expressa e para cidade do Rio



de Janeiro. A Companhia repudia os atos de vandalismo praticados pelo Prefeito do Rio de Janeiro contra as estruturas físicas da LAMSA na ocasião de 27 de outubro de 2019 e acredita que os direitos previstos no contrato de concessão permanecerão assegurados.

A LAMSA seguirá com a operação e gestão da Linha Amarela, extremamente relevante para o fluxo de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, proporcionando qualidade e segurança para os usuários da via. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a substituição da iluminação por lâmpadas de LED, o desassoreamento de rios no entorno da rodovia, a substituição da camada asfáltica e melhoria de viadutos e passarelas, e seguiremos em frente, proporcionando sempre o melhor em benefício da população do Rio de Janeiro.

Por fim, a Companhia espera que sejam rapidamente implementadas as medidas necessárias para mitigar os efeitos da disseminação do COVID-19. A LAMSA segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Invepar e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2019, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020

Diretor de Relações com Investidores

Enio Stein Junior

Equipe de Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Aline Campos

Lívia Bragança

Rafael Rondinelli

Diretor de Relações com Investidores

Enio Stein Junior



DRI@lamsa.invepar.com.br



+55 21 2211 1300



Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Receita Bruta	78.579	75.323	4,3%	310.722	298.716	4,0%
Receitas com Pedágio	78.579	75.323	4,3%	310.722	295.884	5,0%
Receitas de Construção (IFRS)	-	-	-	-	2.832	-100,0%
Deduções da Receita Bruta	(6.798)	(6.515)	4,4%	(26.878)	(25.598)	5,0%
Receita Líquida	71.781	68.809	4,3%	283.844	273.119	3,9%
Custos & Despesas	(26.283)	(26.586)	-18,2%	(104.041)	(86.764)	19,9%
Pessoal	(20.046)	(19.676)	1,9%	(40.770)	(37.720)	8,1%
Conservação & Manutenção	(2.740)	(4.430)	-38,1%	(11.074)	(10.654)	3,9%
Operacionais	(3.560)	(2.814)	n.m	(14.317)	(10.637)	34,6%
Despesas Administrativas	6.092	5.729	6,3%	(13.973)	(3.303)	323,0%
Custo de Construção (IFRS)	-	0	n.m	-	(2.804)	n.m
Depreciação & Amortização	(6.028)	(5.395)	11,7%	(23.907)	(21.646)	10,4%
RESULTADO OPERACIONAL	45.497	42.222	7,8%	179.803	186.355	-3,5%
Resultado Financeiro	(3.621)	(3.781)	-4,2%	(15.083)	(18.220)	-17,2%
Receitas Financeiras	3.240	3.017	7,4%	19.280	22.100	-12,8%
Descontos obtidos	0	(0)	-	21	-	n.m
Juros sobre aplicações financeiras	342	311	9,6%	1.037	1.081	-4,0%
Variação monetária ativa	12	100	n.m	297	100	n.m
Variação cambial ativa	266	1.068	-75,1%	5.400	2.889	n.m
Operações de instrumentos financeiros derivativos	400	(934)	-142,8%	3.207	7.630	-58,0%
Juros sobre debêntures	2.220	2.472	-10,2%	9.318	10.400	-10,4%
Despesas Financeiras	(6.860)	(6.798)	0,9%	(34.364)	(40.320)	-14,8%
Comissões e despesas bancárias	(189)	(35)	440,0%	(377)	(190)	98,4%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.659)	(6.101)	-7,2%	(1.112)	(2.363)	-52,9%
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(126)	(311)	-59,8%	(2.985)	(2.583)	15,6%
Variações monetárias passivas	(151)	(50)	208,2%	(226)	(172)	32,2%
Variações cambiais passivas	(696)	0	n.m	(6.066)	(8.921)	-32,0%
Juros sobre Debêntures	-	(297)	n.m	(23.455)	(25.987)	-9,7%
Outros	(39)	(4)	850,0%	(143)	(104)	36,5%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	41.877	38.441	8,9%	164.720	168.134	-2,0%
IR & CSL	(11.725)	(9.924)	18,2%	(53.258)	(53.267)	0,0%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	30.153	28.517	5,7%	111.461	114.867	-3,0%



Balço Patrimonial

Ativo (R\$ Mil)	2019	2018	Passivo (R\$ Mil)	2019	2018
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.759	27.104	Fornecedores	10.859	6.295
Contas a receber	16.981	14.529	Empréstimos e financiamentos	8.105	15.560
Estoques	779	852	Debêntures	32.227	32.227
Debêntures	12.848	12.848	Tributos a recolher	26.961	23.789
Adiantamentos	1.706	1.988	Obrigações com empregados e administradores	4.483	3.672
Partes relacionadas	323	290	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	104.072	51.110
Instrumentos financeiros derivativos	810	1.534	Partes relacionadas	2.987	9.684
Outros	937	583	Outros	-	31
Total do Circulante	50.143	59.728	Total do Circulante	189.694	142.368
Ativo não Circulante			Passivo Não Circulante		
Debêntures	82.438	95.286	Empréstimos e financiamentos	-	7.604
Partes relacionadas	-	74	Debêntures	206.789	239.016
Depósitos judiciais	4.237	3.651	Tributos a recolher	103	1.283
Imobilizado	14.517	15.891	Impostos diferidos passivos	1.690	4.415
Intangível	370.196	372.821	Provisão para riscos processuais	3.581	1.673
Total do Não Circulante	471.388	487.723	Total do Não Circulante	212.163	253.991
TOTAL DO ATIVO	521.531	547.451	TOTAL DO PASSIVO	401.857	396.359
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	54.118	54.118
			Reserva Legal	10.824	10.824
			Dividendos Adicionais Propostos	54.732	86.150
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	521.531	547.451



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 20 de março de 2020, referente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020

Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Presidente

Enio Stein Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Linha Amarela SA - LAMSA declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Grant Thornton Auditores Independentes.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020

Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Presidente

Enio Stein Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores